



**ANEXO 1 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011 – ROTEIROS ORIENTADORES**

**ANEXO 1.1 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>CONCESSÃO DE DIÁRIAS  |  | Processo nº                       | Fls.               |                      |
|---|--|-----------------------------------|--------------------|----------------------|
|   |  | Rubrica                           |                    |                      |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>   |  |                                   |                    |                      |
| <b>Período da Viagem:</b>   |  | <b>Cidade Destino:</b>            |                    |                      |
| Nome do Servidor Beneficiado  |  | Cargo/Função e Símbolo, se houver | UF:<br>Valor (R\$) |                      |
|   |  |                                   |                    |                      |
|   |  |                                   |                    |                      |
| <b>II – DO EXAME</b>  |  |                                   | <b>Sim</b>         | <b>Não aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?  |  |                                   |                    |                      |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, informando o nome, cargo/função, matrícula do servidor beneficiário, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?  |  |                                   |                    |                      |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?  |  |                                   |                    |                      |
| 4. No caso de cursos, congressos, seminários, existe folder do evento ou convite, via ofício ou memorando, em anexo?  |  |                                   |                    |                      |
| 5. Consta Portaria de concessão de Diárias, conforme Artigo 3º do Decreto nº 29.769/07?   |  |                                   |                    |                      |
| 6. No caso do beneficiário ser Secretário Municipal ou equivalente, existe comprovante no processo da comunicação prévia do seu afastamento ao Prefeito, ou, em se tratando de Dirigente de órgão da Administração indireta, consta comunicação à entidade a qual está vinculado, consoante art. 3º, parágrafo único, do supracitado Decreto? |  |                                   |                    |                      |
| 7. Os valores estão de acordo com a tabela em vigor, conforme Decreto nº 31.707/07?   |  |                                   |                    |                      |
| 8. No caso da quantidade de diárias excederem a 90 (noventa) dias no ano, há prévia e expressa autorização do Prefeito?   |  |                                   |                    |                      |
| 9. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao beneficiário da diária, elemento de despesa corretamente classificado e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?  |  |                                   |                    |                      |
| 10. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |  |                                   |                    |                      |
| 11. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |  |                                   |                    |                      |
| 12. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |  |                                   |                    |                      |

**OBS:** Após retorno da viagem, deve-se fazer constar comprovante da emissão de passagem (ns) em nome do servidor, para o local do evento apontado no item I.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.2 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>ÁGUA, TELEFONE, ENERGIA ELÉTRICA, CORREIOS.   |  | Processo nº | Fls.                     |
|---|--|-------------|--------------------------|
|   |  | Rubrica     |                          |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>   |  |             |                          |
| Tipos de Empenho:    ( ) Ordinário<br>( ) Estimativa<br>( ) Global  |  |             |                          |
| <b>II – DO EXAME</b>  |  | <b>Sim</b>  | <b>Não<br/>Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?  |  |             |                          |
| 2. O memorando solicitando o pagamento da despesa foi emitido em data anterior ou igual ao vencimento da fatura?  |  |             |                          |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?  |  |             |                          |
| 4. No caso de contrato, consta o referido instrumento e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |  |             |                          |
| 5. No caso de contrato, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme art. 58, III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666/93?  |  |             |                          |
| 6. No caso de despesa com água e energia de imóvel locado, consta cópia do contrato de locação?   |  |             |                          |
| 7. No caso de despesa de exercício anterior (despesa não empenhada ou empenho anulado), houve reconhecimento da existência da dívida pelo Ordenador da Despesa através de despacho fundamentado?  |  |             |                          |
| 8. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?  |  |             |                          |
| 9. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data de vencimento da Nota Fiscal/Fatura?   |  |             |                          |
| 10. A Nota Fiscal/Fatura está devidamente datada, dentro do prazo de validade e com data de emissão anterior ou igual à data da liquidação da despesa?  |  |             |                          |
| 11. Consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da Contratação, Liquidação e Ordem de Pagamento (art. 195, § 3º da CF, art. 2º da Lei 9.012/95, arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII da Lei 8666/93; Acórdão TCU nº 1674/2003); ou, quando da impossibilidade de apresentação das certidões de regularidade, no caso de empresa que detém monopólio do serviço público, consta despacho assinado pela autoridade maior do órgão contratante, dispensando as referidas certidões em caráter excepcional e, concomitantemente comunicando a situação de irregularidade ao agente arrecadador e à agência reguladora (Decisão TCU 431/1997-Plenário, Acórdão TCU 1105/ 2006-Plenário e Orientação Normativa AGU nº 9/09) <sup>(1)</sup> ? |  |             |                          |
| 12. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is) pela execução dos serviços (que não seja o ordenador de despesa), conforme art. 63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e art.15, § 8º da Lei nº 8.666/93, mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura?   |  |             |                          |
| 13. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |  |             |                          |
| 14. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |  |             |                          |
| 15. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |  |             |                          |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.3 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>CONTRATO COM PESSOA FÍSICA (PARA PRIMEIRA PARCELA OU PARCELA ÚNICA)  |  | Processo nº  | Fls.                 |
|--|--|--|----------------------|
|  |  | Rubrica  |                      |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |  |  |                      |
| Tipo da Despesa:<br><input type="checkbox"/> Compras <input type="checkbox"/> Locação de bens móveis<br><input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Locação de bens imóveis <input type="checkbox"/> Outro (especificar) _____  |  | Tipo de Empenho:<br><input type="checkbox"/> Ordinário <input type="checkbox"/> Estimativa <input type="checkbox"/> Global |                      |
| Despesa com:<br><input type="checkbox"/> Dispensa <input type="checkbox"/> Licitação <input type="checkbox"/> Tomada de Preço <input type="checkbox"/> Pregão  |  | <input type="checkbox"/> Concorrência<br><input type="checkbox"/> Inexigibilidade  |                      |
| <b>II – DO EXAME</b>   |  | <b>Sim</b>   | <b>Não Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |  |  |                      |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?  |  |  |                      |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |  |  |                      |
| 4. No caso de licitação, foram informados o número e a modalidade, conforme art. 22 da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02?   |  |  |                      |
| 5. A modalidade de licitação está compatível com o valor estimado da despesa, conforme art. 23 da Lei nº 8.666/93?   |  |  |                      |
| 6. No caso de contratação de serviço técnico de natureza singular por inexigibilidade de licitação, baseada no art. 25, II, da Lei 8.666/93, consta a comprovação de que o profissional possui notória especialização?   |  |  |                      |
| 7. Consta parecer da Central Permanente de Licitação informando o dispositivo legal da dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso?   |  |  |                      |
| 8. No caso de dispensa, existem propostas de preço apresentadas por no mínimo três fornecedores/prestadores de serviços, devidamente datada, assinada e com prazo de validade (Acórdão 1584/2005) – TCU?   |  |  |                      |
| 9. No caso de dispensa prevista nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, ou inexigibilidade prevista no art. 25, o processo encontra-se necessariamente <b>justificado, ratificado</b> pelo Ordenador de Despesa do Órgão solicitante e <b>publicado</b> na imprensa oficial, conforme art. 26, <i>caput</i> e Parágrafo Único, da Lei 8.666/93?  |  |  |                      |
| 10. A licitação foi homologada pela Central Permanente de Licitação, conforme art. 8º, § 2º do Dec. Nº 28.928/2006, c/c art. 3º, Dec. 36.202/09?   |  |  |                      |
| 11. Consta cópia da cédula de identidade e CPF e, no caso em que exigir do profissional conhecimentos técnicos especializados, o registro na respectiva entidade de classe representativa ou diploma (artigo 28, I; artigo 29, I da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |                      |
| 12. No caso de contrato, consta o referido instrumento e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |  |  |                      |
| 13. No caso de contrato, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme art. 58, III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666/93?  |  |  |                      |
| 14. No caso de serviço de consultoria e/ou elaboração de projeto, consta relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período e/ou cópia do projeto realizado?  |  |  |                      |
| 15. No caso de serviços, com necessária medição, consta Planilha de Medição assinada pelo técnico responsável, com cronograma físico-financeiro e indicando o período da medição?  |  |  |                      |
| 16. No caso de despesa de exercício anterior (despesa não empenhada ou empenho anulado), houve reconhecimento da existência da dívida pelo Ordenador da Despesa através de despacho fundamentado?  |  |  |                      |
| 17. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?  |  |  |                      |
| 18. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data da Ordem de Serviço ou Fornecimento (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?  |  |  |                      |
| 19. Foi realizada a retenção dos impostos e contribuições, conforme legislação vigente?  |  |  |                      |
| 20. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is) pelo recebimento dos materiais ou pela fiscalização da execução dos serviços (que não seja o Ordenador de Despesa), com base nas condições contratadas, em especial quanto ao preço e a quantidade (artigo 63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e artigo 15, § 8º da Lei nº 8.666/93), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura? |  |  |                      |
| 21. No caso de aquisição de bens permanentes (44.90.52), consta comprovante de registro no Sistema de Patrimônio do Município, programa administrado pela SEMAD?   |  |  |                      |
| 22. No caso de aquisição ou locação de bem imóvel, consta a comprovação de seu registro no Sistema, respectivamente, de Bens Patrimoniais ou de Informações de Bens Locados, conforme Ofício Circular nº 011/2011 - SEMAD?   |  |  |                      |
| 23. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?  |  |  |                      |
| 24. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |  |  |                      |
| 25. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |  |  |                      |

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUÍS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.4 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>CONTRATO COM PESSOA JURÍDICA (PARA PRIMEIRA PARCELA OU PARCELA ÚNICA)  |  | Processo nº   | Fls.                 |
|--|--|---|----------------------|
|  |  | Rubrica   |                      |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |  |   |                      |
| Tipo da Despesa:<br>( ) Compras ( ) Locação de bens móveis ( ) Obras<br>( ) Serviços ( ) Locação de bens imóveis ( ) Outro (especificar) _____   |  | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário ( ) Estimativa ( ) Global |                      |
| Despesa com:<br>( ) Dispensa ( ) Licitação ( ) Tomada de Preço ( ) Pregão ( ) Inexigibilidade  |  |   |                      |
| <b>II – DO EXAME</b>   |  | <b>Sim</b>  | <b>Não Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |  |   |                      |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?  |  |   |                      |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |  |   |                      |
| 4. No caso de licitação, foi informado o número e a modalidade, conforme art. 22 da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02?   |  |   |                      |
| 5. A modalidade de licitação está compatível com o valor estimado da despesa, conforme art. 23 da Lei nº 8.666/93?   |  |   |                      |
| 6. No caso de dispensa, existe proposta de preço apresentada por no mínimo três fornecedores devidamente datada, assinada e com prazo de validade (Acórdão 1584/2005) – TCU?   |  |   |                      |
| 7. No caso de contratação por inexigibilidade de licitação com fornecedor exclusivo, art. 25, I, da Lei 8.666/93, consta atestado de comprovação de exclusividade fornecido pelo órgão de registro do comércio local, por sindicato patronal ou entidades equivalentes?  |  |   |                      |
| 8. No caso de contratação de serviço técnico de natureza singular por inexigibilidade de licitação, baseada no art. 25, II, da Lei 8.666/93, consta a comprovação de que a empresa possui notória especialização?  |  |   |                      |
| 9. No caso de dispensa prevista nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, ou inexigibilidade prevista no art. 25, ou retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º da Lei nº 8.666/93, o processo encontra-se necessariamente <b>justificado, ratificado</b> pelo Ordenador de Despesa do Órgão solicitante e <b>publicado</b> na imprensa oficial, conforme art. 26, <i>caput</i> e Parágrafo Único da supracitada Lei?                    |  |   |                      |
| 10. Consta parecer da Central Permanente de Licitação informando o dispositivo legal da dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso?  |  |   |                      |
| 11. A licitação foi homologada pela Central Permanente de Licitação, conforme art. 8º, § 2º do Dec. nº 28.928/2006, c/c art. 3º, Dec. 36.202/09?   |  |   |                      |
| 12. No caso de contrato, consta o referido instrumento e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |  |   |                      |
| 13. No caso de contrato, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme art. 58, III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666/93?  |  |   |                      |
| 14. No caso de serviço de consultoria e/ou elaboração de projeto, consta relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período e/ou cópia do projeto realizado?  |  |   |                      |
| 15. No caso de despesa de exercício anterior (despesa não empenhada ou empenho anulado), houve reconhecimento da existência da dívida pelo Ordenador da Despesa através de despacho fundamentado?  |  |   |                      |
| 16. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?  |  |   |                      |
| 17. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data da Ordem de Serviço ou Fornecimento de Material (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?  |  |   |                      |
| 18. No caso de cessão de mão de obra, foram apresentadas as guias GPS e GFIP, e a Folha de Pagamento específica para a obra, conf. art. 161 da IN RFB nº 971/2009?   |  |   |                      |
| 19. No caso de obras e/ou serviços de engenharia, consta Relatório Fotográfico e Planilha de Medição com cronograma físico-financeiro assinada por técnico habilitado, indicando o período da medição, o endereço da obra e a matrícula CEI?   |  |   |                      |
| 20. No caso de obras de engenharia, consta o Cadastro CEI – Cadastro Específico do INSS, que especifica a matrícula da respectiva obra, conf. art. 47, inc. X da IN RFB nº 971/2009?   |  |   |                      |
| 21. No caso de obras e serviços de engenharia, em parcela única, consta comprovação do Recebimento Definitivo do Objeto por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, conforme art. 73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993, e Acórdão TCU 2030/2004 Segunda Câmara?  |  |   |                      |
| 22. No caso de obras ou serviços profissionais referentes à engenharia, consta Anotação de Responsabilidade Técnica- ART? (Lei Federal nº 6.496/77; Resolução nº 425/98- CONFEA)   |  |   |                      |
| 23. A Nota Fiscal está devidamente datada, dentro do prazo de validade e com data de emissão anterior ou igual à data da liquidação da despesa?  |  |   |                      |
| 24. No caso de despesa com incidência de ICMS, consta DANFOP com a confirmação da sua autenticidade e validação atestada pelo Ordenador de Despesa (exceto para valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00), conf. Lei 8.441/06, Dec. 22.513/06 e IN nº 016/07 - TCE?  |  |   |                      |
| 25. Consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da Contratação, Liquidação e Ordem de Pagamento (art. 195, § 3º da CF, art. 2º da Lei 9.012/95, arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII da Lei 8666/93; Acórdão TCU nº 1674/2003) <sup>(1)</sup> ?   |  |   |                      |
| 26. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is) pelo recebimento dos materiais ou pela fiscalização da execução dos serviços (que não seja o Ordenador de Despesa), com base nas condições contratadas, em especial quanto ao preço e a quantidade (artigo 63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e artigo 15, § 8º da Lei nº 8.666/93), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura? |  |   |                      |
| 27. No caso de aquisição de bens permanentes (44.90.52), consta comprovante de registro no Sistema de Patrimônio do Município, programa administrado pela SEMAD?   |  |   |                      |
| 28. No caso de aquisição ou locação de bem imóvel, consta a comprovação de seu registro no Sistema, respectivamente, de Bens Patrimoniais ou de Informações de Bens Locados, conforme Ofício Circular nº 011/2011 - SEMAD?   |  |   |                      |
| 29. Foi realizada a retenção dos impostos e contribuições, conforme legislação vigente?  |  |   |                      |
| 30. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964)?   |  |   |                      |
| 31. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |  |   |                      |
| 32. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |  |   |                      |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.5 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>CONTRATO PARCELADO COM PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA (A PARTIR DA SEGUNDA PARCELA)   |            | Processo nº  | Fls. |
|--|------------|--|------|
|  |            | Rubrica  |      |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |            |  |      |
| Tipo da Despesa:   |            | Tipo de Empenho:   |      |
| <input type="checkbox"/> Compras <input type="checkbox"/> Locação de bens móveis <input type="checkbox"/> Obras<br><input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Locação de bens imóveis <input type="checkbox"/> Outro (especificar) _____   |            | <input type="checkbox"/> Ordinário <input type="checkbox"/> Estimativa <input type="checkbox"/> Global |      |
| Despesa com:   |            |  |      |
| <input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> <input type="checkbox"/> <b>Licitação</b> <input type="checkbox"/> Tomada de Preço <input type="checkbox"/> Pregão <input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b>  |            |  |      |
| <b>II – DO EXAME</b>   |            |  |      |
|  | <b>Sim</b> | <b>Não Aplicável</b>   |      |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |            |  |      |
| 2. Consta Memorando solicitando o pagamento da parcela do Contrato, o número e valor da parcela a ser paga e o período de referência da despesa?   |            |  |      |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |            |  |      |
| 4. No caso de licitação, foi informado o número e a modalidade, conforme art. 22 da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02?   |            |  |      |
| 5. A modalidade de licitação está compatível com o valor estimado da despesa, conforme art. 23 da Lei nº 8.666/93?   |            |  |      |
| 6. No caso de dispensa prevista nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, ou inexigibilidade prevista no art. 25, ou retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º da Lei nº 8.666/93, o processo encontra-se necessariamente <b>justificado, ratificado pelo Ordenador de Despesa do Órgão solicitante e publicado na imprensa oficial, conforme art. 26, caput e Parágrafo Único da supracitada Lei?</b>                                  |            |  |      |
| 7. Consta contrato e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |            |  |      |
| 8. No caso de contrato, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme art. 58, III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666/93?   |            |  |      |
| 9. No caso de serviço de consultoria e/ou elaboração de projeto, consta relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período e/ou cópia do projeto realizado?   |            |  |      |
| 10. No caso de Obras e/ou serviços de Engenharia, consta Relatório Fotográfico e Planilha de Medição com cronograma físico-financeiro assinada por técnico habilitado, indicando o período da medição, o endereço da obra e a matrícula CEI?   |            |  |      |
| 11. No caso de cessão de mão de obra, foram apresentadas as guias GPS e GFIP, e a Folha de Pagamento específica para a obra, conf. art. 161 da IN RFB nº 971/2009?   |            |  |      |
| 12. No caso de obras de engenharia, consta o Cadastro CEI – Cadastro Específico do INSS, que especifica a matrícula da respectiva obra, conf. art. 47, inc. X da IN RFB nº 971/2009?   |            |  |      |
| 13. No caso de obras ou serviços profissionais referentes à engenharia, consta Anotação de Responsabilidade Técnica- ART? (Lei Federal nº 6.496/77; Resolução nº 425/98- CONFEA)   |            |  |      |
| 14. No caso de pagamento referente à última medição/parcela de obras e serviços de engenharia, consta comprovação do Recebimento Definitivo do Objeto por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, conforme art. 73, inciso I, alínea “b”, da Lei n.º 8.666/1993, e Acórdão TCU 2030/2004 Segunda Câmara?   |            |  |      |
| 15. No caso de despesa de exercício anterior (despesa não empenhada ou empenho anulado), houve reconhecimento da existência da dívida pelo Ordenador da Despesa através de despacho fundamentado?  |            |  |      |
| 16. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?  |            |  |      |
| 17. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data da Ordem de Serviço ou Fornecimento de Material (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?  |            |  |      |
| 18. A Nota Fiscal está devidamente datada, dentro do prazo de validade e com data de emissão anterior ou igual à data da liquidação da despesa?  |            |  |      |
| 19. No caso de despesa com incidência de ICMS, consta DANFOP com a confirmação da sua autenticidade e validação atestada pelo Ordenador de Despesa (exceto para valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00) conf. Lei 8.441/06, Dec. 22.513/06 e IN nº 016/07 – TCE?   |            |  |      |
| 20. Consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da Contratação, Liquidação e Ordem de Pagamento (art. 195, § 3º da CF, art. 2º da Lei 9.012/95, arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII da Lei 8666/93; Acórdão TCU nº 1674/2003)? <sup>(1)</sup>  |            |  |      |
| 21. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is) pelo recebimento dos materiais ou pela fiscalização da execução dos serviços (que não seja o Ordenador de Despesa), com base nas condições contratadas, em especial quanto ao preço e a quantidade (artigo 63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e artigo 15, § 8º da Lei nº 8.666/93), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura? |            |  |      |
| 22. No caso de aquisição de bens permanentes (44.90.52), consta comprovante de registro no Sistema de Patrimônio do Município, programa administrado pela SEMAD?   |            |  |      |
| 23. No caso de aquisição ou locação de bem imóvel, consta a comprovação de seu registro no Sistema, respectivamente, de Bens Patrimoniais ou de Informações de Bens Locados, conforme Ofício Circular nº 011/2011 - SEMAD?   |            |  |      |
| 24. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?  |            |  |      |
| 25. Foi realizada a retenção dos impostos e contribuições, conforme legislação vigente?  |            |  |      |
| 26. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |            |  |      |
| 27. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |            |  |      |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor





PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.6 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>TRASFERÊNCIA DE RECURSOS VIA CONVÊNIO/REPASSE   | Processo nº | Fls.  |
|---|-------------|---|
|   | Rubrica     |   |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>   |             |   |
| Tipo da Despesa:<br>( ) Convênio/Repasse<br>( ) Outro (especificar) _____   |             | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário ( ) Estimativa ( ) Global |
| <b>II – DO EXAME</b>  | <b>Sim</b>  | <b>Não Aplicável</b>  |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?  |             |   |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?   |             |   |
| 3. Consta memorando solicitando o pagamento identificando o valor e a parcela a ser paga?   |             |   |
| 4. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?  |             |   |
| 5. No caso de Pessoa Jurídica sem fins lucrativos, que exerçam atividade de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, constam: cópia do CNAS e CMAS, do CNPJ, do Estatuto Social e da Ata de posse da diretoria da entidade, atualizados, da Lei ou Decreto de Utilidade Pública, do CPF e RG do presidente da entidade?  |             |   |
| 6. No caso de Pessoa Jurídica sem fins lucrativos, constam: declaração da Entidade informando que não tem como dirigentes, proprietários ou controladores, membros da administração pública ou servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; e declaração de funcionamento regular nos últimos 3 (três) anos, emitida pelos respectivos conselhos setoriais de políticas públicas? |             |   |
| 7. No caso de órgão e entidade da administração pública, contam: cópia do CNPJ da entidade, do CPF e RG do representante, da portaria de nomeação ou outro instrumento equivalente que delegue competência para representar o ente?   |             |   |
| 8. Consta Resolução do CMAS ou CMDCA autorizando a realização do convênio com a entidade conveniada?  |             |   |
| 9. Conta despacho do órgão concedente informando a regularidade quanto a execução do(s) recurso(s) repassado(s) anteriormente?  |             |   |
| 10. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao conveniente ou beneficiado do repasse, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?   |             |   |
| 11. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à assinatura do convênio (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?   |             |   |
| 12. Consta cópia do Termo de Convênio e Plano de Trabalho firmado entre o Município e a Entidade conveniada e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |             |   |
| 13. Há previsão de contrapartida no convênio pela Entidade?   |             |   |
| 14. Consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da celebração do Convênio, da Liquidação e Ordem de Pagamento? <sup>(1)</sup>   |             |   |
| 15. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |             |   |
| 16. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |             |   |
| 17. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |             |   |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.7 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO  |     | Processo nº | Fls.     |             |               |
|--|-----|-------------|----------|-------------|---------------|
|  |     | Rubrica     |          |             |               |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |     |             |          |             |               |
| Nome do servidor responsável pelo adiantamento   | CPF | Cargo       | Nº da NE | Valor (R\$) |               |
|  |     |             |          |             |               |
|  |     |             |          |             |               |
| Nº da Requisição de Adiantamento (RA):   |     |             |          |             |               |
| <b>II – DO EXAME</b>   |     |             |          | Sim         | Não aplicável |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |     |             |          |             |               |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?  |     |             |          |             |               |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |     |             |          |             |               |
| 4. Consta Requisição de Adiantamento (RA) com o nome completo, cargo/função e matrícula do servidor responsável pelo adiantamento?   |     |             |          |             |               |
| 5. Consta na Requisição de Adiantamento (RA) a classificação da despesa, com o código e a discriminação do elemento?   |     |             |          |             |               |
| 6. Na RA consta a numeração e o exercício financeiro ao qual se refere a despesa, bem como o seu prazo de aplicação e dispositivo legal em que se baseia o adiantamento?   |     |             |          |             |               |
| 7. O valor do adiantamento está discriminado corretamente em algarismos e por extenso e, se encontra dentro do limite de 5% estabelecido pela alínea “a”, inciso II, do art. 23 da Lei nº 8.666/93 e art. 11º da Lei nº 4.743/06?              |     |             |          |             |               |
| 8. A Requisição de Adiantamento (RA) foi assinada pelo requisitante responsável pelo adiantamento e pelo Ordenador de Despesa?   |     |             |          |             |               |
| 9. O servidor não possui mais de dois adiantamentos sob sua responsabilidade e não está em alcance (Art. 5º e incisos, da Lei nº 4.743/06)?  |     |             |          |             |               |
| 10. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao beneficiário do adiantamento, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)? |     |             |          |             |               |
| 11. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?  |     |             |          |             |               |
| 12. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |     |             |          |             |               |
| 13. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |     |             |          |             |               |

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.8 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DO SETOR ARTÍSTICO   |             | Processo nº | Fls.        |               |  |
|---|-------------|-------------|-------------|---------------|--|
| I – DADOS DA DESPESA  |             | Rubrica     |             |               |  |
| Nome do artista ou empresa  | CPF ou CNPJ | Nº da NE    | Valor (R\$) |               |  |
| Descrição da Atividade:   |             |             |             |               |  |
| II – DO EXAME   |             |             | Sim         | Não aplicável |  |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?  |             |             |             |               |  |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?   |             |             |             |               |  |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?  |             |             |             |               |  |
| 4. No caso de licitação, a modalidade de licitação está compatível com o valor estimado da despesa, conforme art. 23 da Lei nº 8.666/93?  |             |             |             |               |  |
| 5. No caso de inexigibilidade de licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, prevista no art. 25, III, da Lei 8666/93, existe comprovação que o profissional seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, através de <i>currículo</i> , acompanhado de documentos (artigo ou recortes de jornal, revista, outros) que a atestem, bem como de comprovantes de consultas preliminares sobre os valores cobrados, conf. Acórdão TCU nº 3353/2010?                       |             |             |             |               |  |
| 6. Consta parecer técnico do setor ou comissão responsável, ratificando a consagração da pessoa a ser contratada?   |             |             |             |               |  |
| 7. No caso de contratação de artistas consagrados, enquadrados na hipótese de inexigibilidade prevista no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93, por meio de intermediários ou representantes, consta cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório (Deve ser ressaltado que o contrato de exclusividade difere da autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e que é restrita à localidade do evento), conforme Acórdão TCU nº 96/2008 - Plenário? |             |             |             |               |  |
| 8. Consta comprovante do registro do Artista e Agenciador (empresário), quando for o caso, na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, conforme artigos 2º, 3º, 4º e 6º da Lei 6.533/78?   |             |             |             |               |  |
| 9. Consta parecer da Central Permanente de Licitação informando o dispositivo legal da dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso?  |             |             |             |               |  |
| 10. No caso de dispensa prevista nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, ou inexigibilidade prevista no art. 25, o processo encontra-se necessariamente <b>justificado, ratificado</b> pelo Ordenador de Despesa do Órgão solicitante e <b>publicado</b> na imprensa oficial, conforme art. 26, <i>caput</i> e Parágrafo único da Lei 8.666/93?   |             |             |             |               |  |
| 11. No caso de contrato, consta o referido instrumento e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?   |             |             |             |               |  |
| 12. No caso de contrato, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme art. 58, III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666/93?   |             |             |             |               |  |
| 13. No caso de Pessoa Física, consta cópia do RG e CPF do contratado?   |             |             |             |               |  |
| 14. A Nota Fiscal está devidamente datada, dentro do prazo de validade e com data de emissão anterior ou igual à data da liquidação da despesa?   |             |             |             |               |  |
| 15. No caso de despesa de exercício anterior (despesa não empenhada ou empenho anulado), houve reconhecimento da existência da dívida pelo Ordenador da Despesa através de despacho fundamentado?   |             |             |             |               |  |
| 16. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?   |             |             |             |               |  |
| 17. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data da Ordem de Serviço ou Fornecimento de Material (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?   |             |             |             |               |  |
| 18. No caso de Pessoa Jurídica, consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da Contratação, Liquidação e Ordem de Pagamento (art. 195, § 3º da CF, art. 2º da Lei 9.012/95, arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII da Lei 8666/93; Acórdão TCU nº 1674/2003)? <sup>(1)</sup>   |             |             |             |               |  |
| 19. Foi realizada a retenção dos impostos e contribuições, conforme legislação vigente?   |             |             |             |               |  |
| 20. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is), que não seja o Ordenador de Despesa, com base nas condições acertadas (artigo 63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e artigo 15, § 8º da Lei nº 8.666/93), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura?  |             |             |             |               |  |
| 21. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |             |             |             |               |  |
| 22. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |             |             |             |               |  |
| 23. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |             |             |             |               |  |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor





PREFEITURA DE SÃO LUIS  
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.9 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>INCENTIVO OU PATROCÍNIO CULTURAL E ESPORTIVO   |             | Processo nº | Fls.                 |
|--|-------------|-------------|----------------------|
|  |             | Rubrica     |                      |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |             |             |                      |
| Nome do artista ou entidade solicitante  | CPF ou CNPJ | Nº da NE    | Valor (R\$)          |
| Descrição da Atividade:  |             |             |                      |
| <b>II – DO EXAME</b>   |             |             | <b>Sim</b>           |
|  |             |             | <b>Não Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |             |             |                      |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?  |             |             |                      |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |             |             |                      |
| 4. Consta projeto apresentando: descrição do objeto, justificativa, área de abrangência, custos e período de execução; e se o projeto se referir a evento, constam ainda a programação, o local e público-alvo?  |             |             |                      |
| 5. No caso de Pessoa Jurídica, consta cópia do comprovante do CNPJ, do Estatuto ou Contrato Social, Ata de posse da diretoria da entidade, atualizados, Lei ou Decreto de Utilidade Pública, CPF e RG do presidente da entidade?   |             |             |                      |
| 6. No caso de Pessoa Física, consta cópia do RG e CPF do solicitante?  |             |             |                      |
| 7. O projeto foi aprovado mediante parecer técnico do setor ou comissão responsável (acerca de sua relevância e oportunidade; do retorno esperado para a Administração Pública Municipal, ou seja, da motivação que justifique a escolha da entidade ou evento a ser patrocinado; da justificativa do preço a ser contratado, bem como análises de custo/benefício ou outros exames que demonstrem a razoabilidade dos valores envolvidos; e a compatibilidade entre o objeto do projeto e o órgão solicitado), e homologado pelo Ordenador de Despesa, consoante ao Acórdão TCU nº 211/2007 - Segunda Câmara, Acórdão TCU nº 2060/2006 - Plenário e Decisão TCU nº 855/1997 - Plenário? |             |             |                      |
| 8. Consta parecer da Central Permanente de Licitação informando o dispositivo legal da dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso?   |             |             |                      |
| 9. No caso de dispensa prevista nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, ou inexigibilidade prevista no art. 25, o processo encontra-se necessariamente <b>justificado, ratificado</b> pelo Ordenador de Despesa do Órgão solicitante e <b>publicado</b> na imprensa oficial, conforme art. 26, <i>caput</i> e Parágrafo único da Lei 8.666/93, e Acórdão TCU nº 1196-2006 - Plenário?  |             |             |                      |
| 10. Foi assinado Contrato, contendo cláusula, dentre outras essenciais, de Prestação de Contas, conforme Acórdão TCU nº 211/2007 - Segunda Câmara?   |             |             |                      |
| 11. No caso de contrato, consta o referido instrumento e, quando for realizado, termo aditivo, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |             |             |                      |
| 12. No caso de contrato, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme art. 58, III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666/93?  |             |             |                      |
| 13. Conta despacho do órgão concedente informando a regularidade quanto a execução do(s) recurso(s) repassado(s) anteriormente?  |             |             |                      |
| 14. No caso de despesa de exercício anterior (despesa não empenhada ou empenho anulado), houve reconhecimento da existência da dívida pelo Ordenador da Despesa através de despacho fundamentado?  |             |             |                      |
| 15. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao beneficiário do incentivo ou patrocínio, elemento de despesa corretamente classificado e, encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?  |             |             |                      |
| 16. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data de realização do evento (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?  |             |             |                      |
| 17. No caso de Pessoa Jurídica, consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da Contratação, Liquidação e Ordem de Pagamento (art. 195, § 3º da CF, art. 2º da Lei 9.012/95, arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII da Lei 8666/93; Acórdão TCU nº 1674/2003)? <sup>(1)</sup>  |             |             |                      |
| 18. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?  |             |             |                      |
| 19. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |             |             |                      |
| 20. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |             |             |                      |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.10 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| <b>EXAME DA LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS -<br/>PAGAMENTO DE DESPESAS BANCÁRIAS E OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>   |  | Processo nº.  | Fls.          |
|--|--|---|---------------|
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |  | Rubrica   |               |
| Tipo da Despesa ( <b>poderá ser mais de uma opção</b> ):<br>( ) Tarifas<br>( ) Juros e Amortizações<br>( ) Sentenças Judiciais/Precatórios<br>( ) Obrigações Tributárias e Contributivas (INSS, FGTS, PIS/PASEP, etc...)<br>( ) Obrigações Trabalhistas<br>( ) Devolução de recurso de convênio<br>( ) Outras: _____                               |  | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário ( ) Estimativa ( ) Global |               |
| <b>II – DO EXAME</b>   |  | Sim   | Não aplicável |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I)?  |  |   |               |
| 2. Consta Memorando informando o tipo, o valor da despesa e solicitando o respectivo empenho e/ou pagamento?   |  |   |               |
| 3. Consta autorização do Ordenador de Despesa para emissão do empenho?   |  |   |               |
| 4. Consta cópia do documento comprobatório da despesa (Extrato Bancário, GPS, GFIP, decisão judicial, DARF, DARE e outros)?  |  |   |               |
| 5. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?   |  |   |               |
| 6. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is), que não seja o ordenador de despesa, com base nas condições contratadas (art.63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e art. 15, § 8º da Lei nº 8.666/93), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura? |  |   |               |
| 7. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964)?  |  |   |               |
| 8. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |  |   |               |
| 9. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |  |   |               |

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.11 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| <b>EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br/>TRASFERÊNCIA DE RECURSOS MEC/FNDE/PNAE/PNAC VIA<br/>CONVÊNIO/REPASSE</b>   |  | Processo nº   | Fls.                     |
|--|--|---|--------------------------|
|  |  | Rubrica   |                          |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |  |   |                          |
| Tipo da Despesa:<br>( ) Convênio/Repasse de Recursos MEC-FNDE-PNAE-PNAC<br>( ) Outro (especificar) _____   |  | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário ( ) Estimativa ( ) Global |                          |
| <b>II – DO EXAME</b>   |  | <b>Sim</b>  | <b>Não<br/>Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |  |   |                          |
| 2. Consta Memorando da Superintendência da Área de Apoio ao Educando, indicando a Entidade Mantenedora, o valor determinado a ser pago e a regularidade quanto a execução do(s) recurso(s) repassado(s) anteriormente?   |  |   |                          |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |  |   |                          |
| 4. Consta Parecer Jurídico fundamentando a realização do convênio?   |  |   |                          |
| 5. Consta Termo de Convênio e, quando for realizado, termo aditivo, entre a SEMED e a Entidade Mantenedora, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93? |  |   |                          |
| 6. Consta a relação do FNDE comprovando que a Entidade foi contemplada com os recursos de alimentação escolar?   |  |   |                          |
| 7. Consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da celebração do Convênio, da Liquidação e Ordem de Pagamento? <sup>(1)</sup>   |  |   |                          |
| 8. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao conveniente ou beneficiado do repasse, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?   |  |   |                          |
| 9. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |  |   |                          |
| 10. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente? (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)  |  |   |                          |
| 11. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |  |   |                          |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.12 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br>TRANSFERÊNCIA E/OU PAGAMENTO<br>COM RECURSOS DO FMS   | Processo nº | Fls.                     |
|---|-------------|--------------------------|
|   | Rubrica     |                          |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>   |             |                          |
| Tipo da Despesa: <span style="float: right;">Tipo de Empenho:</span><br><input type="checkbox"/> Transferência de Recursos e Pagamentos <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> Ordinário</span> <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Estimativa<br><input type="checkbox"/> Outro (especificar) _____                                   |             |                          |
| <b>II – DO EXAME</b>  | <b>Sim</b>  | <b>Não<br/>Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?  |             |                          |
| 2. Consta Pedido de Realização de Despesa – PRD ou Memorando indicando o credor, CNPJ e o valor determinado a ser pago?   |             |                          |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?  |             |                          |
| 4. No caso de dispensa prevista nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, ou inexigibilidade prevista no art. 25, o processo encontra-se necessariamente <b>justificado, ratificado</b> pelo Ordenador de Despesa do Órgão solicitante e <b>publicado</b> na imprensa oficial, conforme art. 26, <i>caput</i> e Parágrafo único da Lei 8.666/93?  |             |                          |
| 5. Consta Relatório resumido do Ministério da Saúde informando o nome do credor e o respectivo valor, devidamente atestado?   |             |                          |
| 6. Consta Termo de Convênio e aditivos, se for o caso, entre a SEMUS e a Entidade Filantrópica, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?  |             |                          |
| 7. Consta Contrato e aditivos, se for o caso, entre a SEMUS e a Empresa, com a cópia do extrato publicado ou, na impossibilidade deste, cópia do ofício encaminhando o mesmo para a devida publicação no D.O.M., com o devido recebimento pela SEMAD, conforme art. 61, § único, da Lei 8.666/93?   |             |                          |
| 8. No caso de contrato ou convênio, consta portaria designando especialmente um representante da administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual ou do convênio, conforme art. 58, III, c/c arts. 67 e 116 da Lei nº 8.666/93?  |             |                          |
| 9. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório ou beneficiado com a transferência, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?   |             |                          |
| 10. No caso de contrato, consta Nota Fiscal devidamente datada, dentro do prazo de validade e com data de emissão anterior ou igual à data da liquidação da despesa?  |             |                          |
| 11. No caso de convênio, consta Fatura emitida pela Entidade, devidamente datada e identificando o período em que a despesa foi realizada?  |             |                          |
| 12. No caso de despesa com incidência de ICMS, consta DANFOP com a confirmação da sua autenticidade e validação atestada pelo Ordenador de Despesa (exceto para valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00) conf. Lei 8.441/06, Dec. 22.513/06 e IN nº 016/07 - TCE?  |             |                          |
| 13. Consta prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e com o INSS e FGTS, com data de validade compatível com a data da Contratação ou do Convênio, da Liquidação e Ordem de Pagamento (art. 195, § 3º da CF, art. 2º da Lei 9.012/95, arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII da Lei 8666/93; Acórdão TCU nº 1674/2003)? <sup>(1)</sup> |             |                          |
| 14. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is) pelo recebimento dos serviços/materiais (que não seja o Ordenador de Despesa), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura?   |             |                          |
| 15. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |             |                          |
| 16. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |             |                          |
| 17. Foi realizada a retenção dos impostos e contribuições, conforme legislação vigente?   |             |                          |
| 18. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |             |                          |

<sup>(1)</sup> Observar que a documentação de regularidade fiscal também deve estar vigente na data do efetivo pagamento.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.13 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| <b>EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -<br/>DEVOLUÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO - SMTT</b>   |  | Processo nº                       | Fls.                     |
|--|--|-----------------------------------|--------------------------|
|  |  | Rubrica                           |                          |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |  |                                   |                          |
| Tipo da Despesa:<br>( ) Indenização e restituição<br>( ) Outro (especificar) _____   |  | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário |                          |
| <b>II – DO EXAME</b>   |  | <b>Sim</b>                        | <b>Não<br/>Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |  |                                   |                          |
| 2. Consta requerimento solicitando autorização para abertura do processo administrativo?   |  |                                   |                          |
| 3. Consta autorização do Ordenador de despesa para abertura do processo administrativo?  |  |                                   |                          |
| 4. Consta cópia do recurso da multa feito pelo requerente?   |  |                                   |                          |
| 5. Consta cópia do comprovante de pagamento da multa?  |  |                                   |                          |
| 6. No caso de constituir representante legal, consta cópia da procuração? Sendo caso de procuração particular, esta se encontra com firma reconhecida?   |  |                                   |                          |
| 7. Consta cópia da Decisão da JARI favorável ao requerente?  |  |                                   |                          |
| 8. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)? |  |                                   |                          |
| 9. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |  |                                   |                          |
| 10. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |  |                                   |                          |
| 11. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |  |                                   |                          |

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor



PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.14 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| <b>EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA –<br/>CONTRATO COM PESSOA FÍSICA POR TEMPO DETERMINADO PARA<br/>EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO</b>  | Processo nº | Fls.  |
|--|-------------|---|
|  | Rubrica     |   |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |             |   |
| Tipo da Despesa:<br>( ) Contratação por tempo determinado<br>( ) Outro (especificar) _____   |             | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário ( ) Estimativa ( ) Global |
| <b>II – DO EXAME</b>   | <b>Sim</b>  | <b>Não<br/>Aplicável</b>                                    |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |             |   |
| 2. O Pedido de Realização da Despesa – PRD foi emitido em data anterior ou igual ao início da consecução da despesa, e descrevendo o objeto de forma clara e sucinta?  |             |   |
| 3. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |             |   |
| 4. Consta cópia da publicação em jornal de grande circulação no Município, dando ampla divulgação da realização do processo seletivo simplificado, conforme art. 4º da Lei nº 4.891/07?  |             |   |
| 5. Consta cópia da homologação do resultado final do processo seletivo simplificado, publicado no Diário Oficial do Município, conforme art. 4º da Lei nº 4.891/07?  |             |   |
| 6. Consta cópia do termo de contrato por tempo determinado?  |             |   |
| 7. O prazo de vigência do contrato está de acordo com o art. 3º da Lei nº 4.891/07?  |             |   |
| 8. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)?   |             |   |
| 9. A Nota de Empenho está com data de emissão anterior ou igual à data da celebração contratual (artigo 60 da Lei nº 4.320/64)?  |             |   |
| 10. Foi realizada a retenção dos impostos e contribuições, conforme legislação vigente?  |             |   |
| 11. O(s) documento(s) comprobatório(s) da despesa foi(ram) atestado(s) pelo(s) servidor(es) responsável(is) pela fiscalização da execução dos serviços (que não seja o Ordenador de Despesa), com base nas condições contratadas (artigo 63 e seus parágrafos da Lei nº 4.320/64 e artigo 15, § 8º da Lei nº 8.666/93), mediante carimbo com nome, cargo e matrícula do servidor, data e assinatura? |             |   |
| 12. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?  |             |   |
| 13. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?  |             |   |
| 14. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?   |             |   |

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matricula do servidor





PREFEITURA DE SÃO LUIS  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO 1.15 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011**

| <b>EXAME DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA –<br/>PAGAMENTO DE FOLHA DE PESSOAL</b>  |  | Processo nº   | Fls.                     |
|--|--|---|--------------------------|
|  |  | Rubrica   |                          |
| <b>I – DADOS DA DESPESA</b>  |  |   |                          |
| Tipo da Despesa:<br>( ) Pagamento de Pessoal<br>( ) Outro (especificar) _____  |  | Tipo de Empenho:<br>( ) Ordinário ( ) Estimativa ( ) Global |                          |
| <b>II – DO EXAME</b>   |  | <b>Sim</b>  | <b>Não<br/>Aplicável</b> |
| 1. Foram preenchidos todos os campos dos Dados da Despesa (item I) deste formulário?   |  |   |                          |
| 2. Consta Ofício/Memorando emitido pela SEMAD descrevendo o objeto da despesa, o período a que se refere e o valor?  |  |   |                          |
| 3. Consta Folha de Pagamento resumida, identificando o Órgão respectivo, o período, valor, carimbo e assinatura do responsável pelas informações?  |  |   |                          |
| 4. Consta autorização do Ordenador para a realização da despesa?   |  |   |                          |
| 5. A Nota de Empenho possui saldo orçamentário, credor correspondente ao emitente do documento comprobatório, elemento de despesa corretamente classificado, e encontra-se datada e assinada pelos responsáveis (artigo 58 e 59 da Lei nº 4.320/64)? |  |   |                          |
| 6. Foi realizada a retenção das contribuições, conforme legislação vigente?  |  |   |                          |
| 7. Consta Nota de Liquidação da Despesa datada e assinada pelos responsáveis (art. 62 e 63 da Lei nº. 4.320/1964)?   |  |   |                          |
| 8. A Ordem de Pagamento está preenchida corretamente (artigo 64 da Lei nº 4.320/64)?   |  |   |                          |
| 9. As folhas do processo estão devidamente numeradas e rubricadas por servidor?  |  |   |                          |

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Em face da análise procedida, declaro que a presente despesa encontra-se em condições de prosseguimento, estando em conformidade quanto à contabilidade, ao enquadramento legal e à formalização processual.

À CGM/ CENTRAL DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura/nome/cargo/matrícula do servidor



**ANEXO 2 DA RESOLUÇÃO CGM Nº 1/2011 – RELATÓRIO SINTÉTICO DE ANÁLISE**

**PROCESSO Nº**

**ÓRGÃO**

O processo de despesa supramencionado foi analisado consoante à conformidade contábil, sua adequação legal, formalização processual e, correto preenchimento e assinatura da Declaração de Conformidade, em cumprimento ao que dispõem o item 1.1, inciso IV, art. 4º da Lei nº 4.822/2007, e os artigos 3º e 5º, incisos I a III do Decreto Municipal nº 30.829/2007. Desta análise, cabe-nos registrar que o mesmo:

Foi homologado sem ressalva.

Foi homologado com ressalva(s). Segue(m) a(s) ressalva(s):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Não foi homologado. Segue(m) a(s) falha(s) constatada(s):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Auditor /Assistente de Auditor  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pelas correções no Órgão demandante da despesa <sup>1</sup>  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>1</sup> Para o caso de processo não homologado, corrigido e devolvido à CGM para reanálise. (O responsável pelas correções deve ser o mesmo do preenchimento e assinatura da declaração de conformidade)